
PACIFISMO

João José Brandão Ferreira

PACIFISMO (*)

*«Como?! Da gente ilustre Portuguesa
há-de haver quem refuse o pátrio Marte?
Como? Desta província, que princesa
foi das gentes na guerra em toda a parte,
há-de sair quem negue ter defesa?
Quem negue a Fé; o amor, o esforço, a arte
de Português e por nenhum respeito,
o próprio reino queira ver sujeito?»*

Camões, Os Lusíadas, Canto IV, 15

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO
- O NASCIMENTO DO PACIFISMO, DOUTRINAS E EVOLUÇÃO
- O PACIFISMO NO MUNDO E EM PORTUGAL, PRÓS E CONTRAS DO PACIFISMO
- O PACIFISMO E A ESTRATÉGIA INDIRECTA
- CONCLUSÕES

INTRODUÇÃO

A guerra é um fenómeno social que tem acompanhado a História da Humanidade, desde os seus primórdios. Os conflitos entre grupos, tribos, cidades-estados e, mais tarde, Estados-Nações, têm sido constantes ao longo dos séculos. Nenhum povo ou civilização lhes tem escapado e nenhuma parcela do planeta se pode considerar imune ao fenómeno. A guerra, ela própria, tem evoluído, nas suas formas e técnicas, tendo ganho, neste século, por duas vezes, um carácter mundial.

(*) Adaptação de um trabalho apresentado no âmbito do mestrado em Estratégia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Dez88).

Nas últimas décadas extravasou da terra e emigrou para o espaço onde tem permanecido apenas, sob a forma de conflito potencial.

A guerra aparece-nos, no dizer do Padre A. Vieira, como um «monstro» que tudo devora, e com nada se saceia.

A única maneira eficaz de lhe fazer frente, tem-se baseado na dissuasão, isto é, no medo das represálias, no facto de os ganhos não compensarem as perdas.

Julga-se assim, natural e lógico que, um pouco por todo o lado e em épocas distintas, tenham germinado no espírito das pessoas sentimentos de repúdio quanto à guerra, que deram origem a doutrinas ou filosofias onde se condena o fenómeno e onde se apontam caminhos para evitar as guerras. Conseguimos assim, isolar o Pacifismo nestas correntes de opinião.

A existência da estratégica indirecta como forma de fazer a guerra tem séculos e encontra-se já bem teorizada na obra de Sun-tzu — «A arte da guerra» escrito no séc. IV A. C.

Hoje em dia dada a dissuasão nuclear existente tem-se assistido, fora dos conflitos directos (guerra quente), que se têm mantido a nível regional, a um recrudescimento da estratégia indirecta de modo a abalar o moral do adversário, e assim se poder ganhar a batalha sem a combater. É neste contexto que o Pacifismo assume importante papel. Daí, ser, no mínimo, pertinente conhecê-lo e estudá-lo.

O NASCIMENTO DO PACIFISMO, DOUTRINAS E EVOLUÇÃO

Enquadramento

A vida é um conflito permanente para a sobrevivência. E foi-o, desde o início do aparecimento do Homem. Este, cedo percebeu que necessitava da ajuda dos outros homens, para caçar, agricultural, construir, defender-se, etc. A medida que a população ia aumentando e sedentarizando-se, começaram a individualizar-se determinados grupos especialmente vocacionados e preparados para as actividades guerreiras. Logo que se foram formando nações tornou-se necessário que estas se organizassem politicamente e assim apareceu o Estado. Este, para se impôr, tenta monopolizar os instrumentos de violência sob duas vertentes: uma para uso externo e outra para uso interno. Nenhum Estado/Nação escapou a este esquema e apenas raríssimos

Países no mundo, hoje em dia, não possuem FA's. Por exemplo, a Islândia é um caso destes, embora possua um acordo de defesa com os EUA. As razões básicas para a criação de Forças Armadas e de Segurança, são em termos gerais derivadas da necessidade de manutenção da ordem interna e de afirmação de Soberania que pode chegar à confrontação sangrenta com eventuais inimigos. De facto, a história da humanidade está profusamente marcada pelos conflitos armados, entre grupos. Estes conflitos, pelas tragédias e custos de toda a ordem que provocam, fazem paralelamente despertar o anseio no Homem pela paz. Assim, o Pacifismo, tende a aglutinar este desejo para a paz. Pode-se até graduar o Pacifismo. Numa primeira fase, aparece-nos como vontade de evitar a guerra, procurando o equilíbrio de forças, negociando e, só por último, combatendo. Não condena os exércitos e, defende a legítima defesa. Ao contrário do princípio de Clausewitz, a guerra já não é um prolongamento da política por outros meios.

Numa segunda fase, o Pacifismo aspira a uma paz duradoura. Para isso torna-se necessário fundamentá-la. O teólogo irá definir a justa causa, o filósofo invocará o direito natural dos povos e, finalmente, o jurista estabelecerá as leis e regras a ter em conta no Direito Internacional.

Como terceira fase, temos o Pacifismo como recusa absoluta da guerra, em quaisquer circunstâncias. A guerra é um mal absoluto e, portanto, há que recusar participar nela ou ajudar quaisquer organismos que de algum modo lhe sirvam de suporte.

Assim, podemos dizer que o Pacifismo no seu significado teórico, é a doutrina que tenta demonstrar a possibilidade e o dever, de abolir definitivamente a guerra, instaurando a paz perpétua entre os povos.

Evolução histórica

O Pacifismo começou a dar os primeiros passos no Império Romano. Assim, a «Pax Romana», pode ser considerada uma expressão prática de um tipo de pacifismo que via na guerra um meio para alcançar a paz. Esta ideia, veio mais tarde a ser recuperada pela França após a revolução de 1789, onde se defendia o direito e, até o dever, de estender a todos os povos da Europa as novas ideias então surgidas, com o fim de lhes dar a paz e a liberdade, derrubando os tiranos e transformando o continente numa imensa república, debaixo da hegemonia Francesa, bem entendido.

Ainda durante o Império Romano, o Cristianismo veio a dar uma nova visão da paz: «Bem aventurados os pacíficos, que verão a Deus» ou «quem se servir da espada, perecerá pela espada». No entanto, os padres da igreja, quando condenaram o mister das armas fizeram-no por causa da idolatria ao culto dos deuses protectores de cada legião.

Se a legião fosse cristã, não apareciam objecções, à excepção de Lactâncio. Durante séculos, o pensamento católico procurou o meio termo possível, entre a imoralidade de deixar sem defesa o bem comum e a imoralidade da violência desproporcionada (1). A Igreja, sempre procurou humanizar os conflitos armados tidos como um mal. Assim, surgiram as leis da cavalaria, as tréguas de Deus, usos de guerra, tratamento de prisioneiros, etc., que estão na origem das modernas leis de guerra. À maior parte dos ministros religiosos o dever de defender a cidade parecia evidente, afirmando St.º Agostinho que, «ninguém negará ao sábio o direito de fazer guerra justa ao inimigo». Estavam lançados os fundamentos da «Guerra Justa», cuja primeira definição encontramos no Bispo de Hipona: «Costumam definir-se guerras justas as que vingam injustiças». Tal se verifica quando, o povo ou a cidade a quem se move a guerra, recusa punir o que os seus nacionais praticaram de imoral ou recusa devolver o que injustamente foi tirado (2).

S. Tomás de Aquino, apresenta três requisitos para a guerra justa: ser declarada por autoridade legítima, com justa causa e recta intenção. Esta teorização manteve-se até ao Concílio Vaticano II, com uma das achegas doutrínárias elaboradas no séc. XVI por Vitória (1487-1546) e Suárez (1548-1617), em que se dizia que guerra justa é aquela que é declarada por uma autoridade legítima, com justa causa em último recurso, com recta intenção e, usando dos meios proporcionados. Os quatro primeiros elementos constituem o chamado «Jus ad bellum», direito de fazer a guerra e o último constitui o «jus in bello», o direito no fazer da guerra (3). Tais normas serviram de base ao Direito Internacional Público e à moral política.

Desde o século XVII, com o agravar das guerras, quase permanentes no continente europeu e ainda com a letalidade das mesmas, derivada da melhoria tecnológica dos armamentos, começaram a aparecer propostas de filó-

(1) J. Seabra, obra citada, pág. 572.

(2) In «Heptat», VI, 10 PL 34, COL 781.

(3) J. Seabra, obra citada, pág. 572.

sofos racionalistas e outros, para a paz perpétua (Crucé em 1623, o duque de Sully, em 1638).

Erasmus afirmava que, «qualquer homem dotado de razão e ainda mais cristão, não deveria envolver-se em combate». É um pacifismo integral. O século XVIII — Século das Luzes — viu crescer e desenvolver as teorias pacifistas. Data de 1712 a publicação de «A memória para tornar a paz perpétua», do Abade de St. Pierre; em 1793, Kant fez aparecer o seu Opúsculo sobre a paz perpétua. Aparecem outros nomes tais como Rousseau e Jeremy Bentham. Em 1717, em Londres, nasceu a Franco Maçonaria que dizia defender a fraternidade entre os povos.

São exaltados os valores da paz, como: Razão, Natureza, Progresso, Fraternidade e Liberdade. No início do século XIX, já no rescaldo das guerras derivadas da Revolução Francesa, o Pacifismo adquire um notável impulso, tanto no campo ético-filosófico, como no político. Surgem numerosas sociedades para a paz destacando-se, a Peace Society, fundada em 1815, por David Dodge em Nova York, e que deu origem em 1828, à American Peace Society. Apareceu a doutrina do liberalismo burguês, opondo-se à guerra através da proclamação da época do comércio, e das Teorias Socialistas, considerando a guerra como expressão dos interesses burgueses e, portanto, contrária aos interesses do proletariado. Para os nacionalistas a paz perpétua continua a ser uma utopia. Pensam sobretudo nos interesses nacionais e, vêm as alianças não como expressão de um pacifismo, mas como corolário daqueles.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos, a primeira metade do século XX, já assistiu a duas guerras à escala mundial. Para os Comunistas, o Pacifismo orienta-se pelas máximas de Lenine: «os socialistas, a menos que o deixem de ser, não podem ser contra todas as guerras». «As guerras revolucionárias são guerras justas». O pacifismo é proscrito no caso de se opôr à expansão do Comunismo.

No período entre as duas guerras, o Pacifismo desenvolveu forte actividade. Esteve na origem da criação da Sociedade das Nações e do Tribunal Internacional de Haia, mas, não conseguiu evitar a deterioração da situação, o que levou à Segunda Grande Guerra. Com o fim desta, o fenómeno do pacifismo não tem deixado de aumentar. Em Hiroxima, apareceu um facto novo e perturbador: a bomba atómica. Tal facto, levou desde logo, Bertrand Russel a defender o desarmamento nuclear unilateral como única possibilidade de paz.

Em 1960, havia 1500 grupos a trabalhar pelo desarmamento e a Paz (*). Este número tem vindo a aumentar. Muitas destas organizações são católicas, donde se destaca a Comissão Pontifícia «Justiça e Paz». Desde a Primeira Grande Guerra, com Bento XV, julgou-se a doutrina tradicional da guerra justa como inadequada. Assim, veio a passar-se para uma perspectiva sobre a moralidade da guerra baseada na legítima defesa e, só aceitável quando todos os recursos de negociações pacíficas tivessem sido esgotados. Propostas sobre a diminuição recíproca dos armamentos têm sido feitas de então para cá.

O Concílio Vaticano II, afirma na constituição pastoral «A igreja no mundo actual» (Gaudium et Spes) n.º 79: «aqueles que se dedicam ao serviço da pátria no Exército consideram-se servidores da segurança e da liberdade dos povos na medida em que se desempenham como convém desta tarefa, contribuem verdadeiramente para o estabelecimento da paz».

A guerra e o pensamento filosófico/religioso

A guerra é um fenómeno social. Como tal, assume importância proeminente na dinâmica sociológica, estando ligados a ela os maiores progressos da humanidade (por mais que nos custe constatá-lo), bem como o nascimento e fim das várias civilizações que o mundo conheceu. Para alguns, a guerra é uma ideia inata comum a todos os homens (Proudhon e Barrot) (²); outros como Darwin, defendiam que a guerra é uma assimilação da ideia de luta universal pela existência, ideia esta que tem a ver com a do «equilíbrio universal». A guerra, afirma-se como a expressão aberta dos conflitos, por meio da qual se procura alcançar uma ordem que coincida com a paz do vencedor. Ao contrário do que muitos poderão pensar, a guerra tem partidários (os adeptos do belicismo). Filósofos, pensadores políticos, sociólogos, estadistas e revolucionários, ao longo dos séculos defenderam a guerra como uma realidade inelutável e positiva. Citemos apenas alguns exemplos: Aristóteles, afirmava que «é necessário estudar a arte da guerra, não para submeter, mas sim para não ser submetido» e que «a

(*) J. Seabra, obra citada, pág. 571.

(²) «A guerra e a paz» e «Filosofia da história», respectivamente.

guerra é a mãe de todas as coisas.», Horácio, Cícero e Séneca racionalizaram sobre a «guerra romana» afirmando que era portadora de paz, civilização e justiça; Hobbes, considerava a guerra como a condição normal da Humanidade; Maquiavel e Nietzsche concordam no louvor da força como fundamento primeiro das relações entre Estados; Kant, apesar do seu pacifismo defende que «a guerra tem algo em si mesma e eleva a alma do povo tanto mais alto quanto maior for a necessidade de valor»; Hegel, vai ao ponto de dizer que, «é na guerra, onde um Estado alcança a sua conjunção mais perfeita, o ponto mais culminante da sua vida, aquele onde adquire a mais alta consciência de si mesmo», («fruição ordenadora da guerra»). Finalmente, a tradição prussiana nascida dos feitos militares da Ordem Teutónica e da fama do grande Frederico, passando ainda por Bismark e que acabou no sonho algo escatológico do «III Reich dos mil anos» de Hitler, valorizou sempre a guerra como mestra das virtudes viris, factor de progresso tecnológico e científico e meio privilegiado de difusão da civilização⁽⁶⁾. Estas concepções belicistas, exercem ainda uma poderosa atracção sobre muitos espíritos e, podem-se considerar como em contraponto com o Pacifismo.

Desde sempre, a guerra aparece ligada ao fenómeno religioso, podendo afirmar-se que todas as grandes religiões, exceptuando-se porventura o Budismo, valorizaram o culto da violência bélica e exaltaram o valor guerreiro.

No Politeísmo, o combate era concebido como a projecção terrestre de uma luta entre divindades (Padre Cupertino, «Deontologia Militar», pág. 20). As mitologias Chinesas, Indiana, Azteca, Egípcia e Greco-Romana estão repletas de deuses guerreiros e de lutas entre divindades.

«Ares» entre os Gregos e «Marte» entre os Romanos simbolizavam o valor guerreiro. «Asur» entre os Assírios converteu-se no Deus dos Exércitos e seu estandarte. «Indra», deus que guiava os homens na guerra e lhes dava a vitória, ocupava na religião Hindu, o primeiro posto entre os deuses. Em Roma, no tempo de Pompílio foram instituídos 20 sacerdotes (Feciais) a quem competia o direito de guerra, as cerimónias e os ritos do início e do fim da guerra⁽⁷⁾, os tratados de paz, etc. É curioso constatar que, até

(6) J. Seabra in «Os cristãos face à violência».

(7) P.^o Cupertino, obra citada, pág. 21.

por vezes, a tática se confundia com a religião, quando verificamos que a opinião dos áugures e dos aruspices prevalecia sobre a dos estrategas. Mais tarde, César, Augusto e outros imperadores romanos, acumularam as funções de Chefe de Estado com as de Sumos Pontífices. Deduz-se assim, que, toda a mitologia clássica está baseada na «virilidade guerreira».

O Judaísmo, prega que a guerra é «serviço de Javé», sendo-o enquanto guerra santa contra os inimigos de Deus e do seu povo. Os livros bíblicos estão cheios de descrições de guerras e confrontações em que a vitória era sempre atribuída a Javé. Para os Judeus — tal como para os Muçulmanos — «não havia separação entre as leis civis e as prescrições religiosas, determinando estas totalmente aquelas, (...) para um judeu fiel, só Javé mandava, por intermédio dos seus representantes sobre a terra: essencialmente o Sinédrio e o Sumo Sacerdote» (Daniel Rops, «A vida quotidiana na Palestina no tempo de Jesus», pág. 63). O Islamismo aceita, defende e exalta a guerra santa o que sempre tem acontecido ao longo da história, sendo nos tempos presentes justificação para muitas guerras e conflitos. Os Muçulmanos sempre combateram os seus inimigos invocando Alá e Maomé, o seu profeta.

Quanto ao Cristianismo, depara-se-nos uma dualidade no espírito e na letra entre o Antigo e o Novo Testamento⁽⁸⁾, o primeiro está cheio de uma atmosfera de luta que é ao mesmo tempo, fim e meio e, ao contrário, o segundo renega a guerra. A atitude primitiva dos cristãos é a de repulsa total pela guerra, sendo esta considerada um «paradoxo ou um inigma religiosamente irredutível a uma visão homogénea da economia da salvação da humanidade, porque pecado colectivamente destrutor do amor entre os homens pregado por Cristo»⁽⁹⁾. Todavia, sempre houve cristãos nos exércitos, a começar pelo Romano e a continuar na actualidade, podendo citar-se o nosso D. Nuno Álvares Pereira como paradigma das virtudes militares e cristãs. Cedo a Igreja fez acompanhar os exércitos por capelães militares, constituindo a Carta de Pelágio (556-561), o documento mais antigo que se conhece, falando da existência de uma capelania militar. A Igreja veio mais tarde a aceitar um compromisso com os detentores do

(8) Nicolas E. Urbez, «Aspectos sociológicos del fenómeno guerra», pág. 19.

(9) P.^o Cupertino, obra citada, pág. 22.

poder temporal e, portanto, o direito de defender, por meio das armas, a ordem constituída.

S. Tomás de Aquino elabora uma doutrina sobre as condições em que se pode considerar uma «guerra justa». Ainda que condenando a guerra por princípio, a igreja justificou as cruzadas, algumas lutas dinásticas, etc.

Por último, a concepção budista da religião, é a única verdadeiramente pacifista, na sua calorosa negação da violência e no seu fervor ético onde se proíbe o uso de armas bem como a sua transação, a entrada nos quartéis, olhar sequer para os soldados, ou a servir como embaixador, já que a diplomacia conduz amiúde à guerra⁽¹⁰⁾.

Em conclusão, pode-se dizer que a religião enriqueceu sempre espiritualmente o fenómeno guerra, sendo esta, muitas vezes utilizada para fins religiosos.

As Organizações Internacionais e o Pacifismo

A noção de que a existência de uma autoridade internacional ou supranacional, com poder suficiente para poder regular e arbitrar os conflitos entre nações, de modo a evitar as confrontações sangrentas, seria uma das maneiras de acabar com as guerras, cedo se desenvolveu.

No mínimo, seria necessário alargar, organizada e internacionalmente, os ideais pacifistas, como medida de influenciar o mundo no caminho para a paz. No entanto, apenas no século passado começaram a aparecer Sociedades com esse fim. A partir de 1843, lançam-se os congressos internacionais da paz em Londres, mais tarde em Paris, estendendo-se depois a outras cidades europeias. Interrompidos, foram retomados no fim do século e, continuaram até ao início da Primeira Grande Guerra (destacando-se as Conferências de paz de 1899 e 1907). Em 1897, foi instituído o Prémio Nobel da Paz, que contribuiu para a difusão dos ideais pacifistas na opinião pública.

Apesar das deliberações do Congresso da Paz Universal de 1907 em Estugarda e 1912 em Genebra, o movimento pacifista viu fracassar quase 100 anos de actividade em prol da paz, com o deflagrar da Primeira Grande Guerra, em 1914.

(10) Nicolas E. Urbcz, obra citada, pág. 19.

Entre as duas grandes guerras foram criados o Tribunal Internacional de Haia, a Sociedade das Nações e, viu-se realizar o Pacto Briand-Kellog. Este, condena todas as guerras mas não toma nenhum procedimento para castigar aqueles que as desencadeiam, acabando por se limitar, na prática, a ser uma declaração de princípios éticos⁽¹⁾. A Sociedade das Nações não proibiu a guerra como instrumento da política nacional mas, apenas alguns tipos de guerra, prevendo sanções para os Estados membros que a elas recorressem. O Tribunal Internacional de Haia, como o nome indica, destinava-se a arbitrar contendas entre Estados.

Com estas realizações, o movimento pacifista adquiriu um carácter verdadeiramente internacional. Apesar de tudo isto, os pacifistas perderam influência a favor dos belicistas e militaristas e, a Segunda Grande Guerra rebentou.

No fim da Segunda Grande Guerra foi criada a ONU que se pode considerar a continuação da Sociedade das Nações, numa versão melhorada. Consignou-se, uma série de princípios que procuram tornar a actuação da organização mais eficaz. No entanto, a capacidade de veto que cinco países dispõem no seu Conselho de Segurança, a complexidade de interesses e de actores da cena intrnacional, a falta de poder coersivo eficaz, e a saída da resolução dos principais problemas mundiais do seu âmbito, para a esfera bilateral das duas superpotências, têm levado ao fracasso da actuação da ONU na obtenção dos seus fins últimos: a Paz Mundial.

O PACIFISMO NO MUNDO E EM PORTUGAL

Tipos de Pacifismo

Feita a síntese histórica do Pacifismo, bem como das doutrinas filosófico/religiosas que o acompanham vamos analisar e individualizar as suas principais correntes.

As razões pacifistas colhem argumentos num vasto espectro da actividade humana, onde se destacam a religião, a política, a filosofia, a ideologia e até a ecologia. Por isso, se deve falar em Pacifismo no plural, já

(1) Nicolas E. Urbez, obra citada, pág. 14.

que, as suas origens e motivações fazem com que os diferentes movimentos apareçam perfeitamente demarcados uns dos outros.

Assim, consideram-se três grandes grupos quanto às correntes do Pacifismo; Ideológico, Humanista e Economicista.

a. *Pacifismo Ideológico*

Independentemente da sua fonte de inspiração, tem por desiderato eliminar as causas da guerra procurando alcançar um estado de paz permanente, uma vez ultrapassados os factores de antagonismo⁽¹²⁾. Os diferentes pacifismos ideológicos, são unânimes em considerar a Paz como realidade última que deve consagrar a perfeição de uma certa História.

Sendo inicialmente de inspiração religiosa, baseada nos princípios do Evangelho, foi posteriormente invadido pelo Racionalismo, tornando-se pragmático, estimulando os seres humanos na procura da Paz e superando os desentendimentos que geram a guerra, quaisquer que sejam.

Sendo o fim o mesmo, vamos ver como se distinguem, em traços gerais, as diferentes concepções:

- (1) *Pacifismo Liberal*. Baseado na política do Liberalismo, assente nas ideias do individualismo e utilitarismo onde a criação de riqueza está ligada ao agir correctamente, do ponto de vista moral. A guerra é, aqui, tida como transgressão e como triunfo de paixões. Ora, a guerra, através da sua irracionalidade e improdutividade é o oposto da criação de riqueza, pelo que, deverá ser evitada através de negociação entre os Estados. O estado liberal devia garantir aos cidadãos as condições para estes realizarem os seus interesses pessoais (económicos), de modo a conseguirem interesses colectivos.
- (2) *Pacifismo Socialista*. Partindo do princípio de que as causas dos conflitos, se radicam na luta de classes, onde assume relevo a política económica fomentada pela classe dominante. Defende assim, a abolição de classes e dos seus antagonismos, como forma de evitar a guerra.

(12) Maj. Campante de Carvalho, «Breves Reflexões sobre o Pacifismo», pág. 9.

- (3) *Pacifismo Ecológico*. Sustentando que a guerra é corolário de uma economia política, privilegia a busca desenfreada do lucro e da industrialização, a todo o custo, sem se importar com o equilíbrio da Natureza. Maximiliza-se, assim, a produção, o que provoca o consumismo, a poluição e a racionalização do dia-a-dia. Esta teoria, está muito em voga, tendo os seus arautos vindo a fazer uma propaganda alarmista dum problema que não deixa de ser real.
- (4) *Pacifismo Feminista*. Advindo de movimentos iniciados na Escandinávia nos finais dos anos 70, tem como pressuposto, que a mulher e o homem, possuem qualidades e virtudes antagónicas. Sendo as das primeiras, fontes de harmonia, vida e paz e, os dos segundos, instrumentos de destruição conflito e morte. A Paz passa assim pela luta entre o homem e a mulher, tentando esta romper a sociedade do passado, dominada pela opressão, alienação e desgraça e impondo as qualidades próprias do seu sexo.

b. *Pacifismo Humanista*

Ao lado das correntes pacifistas de cariz ideológico outras ideias têm germinado. Assim o Pacifismo dito humanista, resulta da repugnância sentida pelo homem ao confrontar-se com os horrores da guerra. Traduz uma reacção sentimental perante a carnificina e os sofrimentos sem conta que a guerra produz. A denúncia deste quadro, foi feita exemplarmente por Bertha Von Sutter, na sua obra «Abaixo as Armas», Prémio Nobel da Paz, em 1905⁽¹³⁾.

A criação da Cruz Vermelha Internacional pode considerar-se fruto deste tipo de pensamento.

Henri Dunant, ao presenciar as cenas horríveis dos feridos abandonados após a batalha de Solferino, travada em 1859, entre Franceses e Austriacos, resolveu fundar a Cruz Vermelha, cuja convenção foi

⁽¹³⁾ Maj. Campante de Carvalho, obra citada, pág. 10.

aprovada em 1864, em Genebra, por delegados de 16 países. Não deixa de ser curioso notar, que grande parte dos quadros da Cruz Vermelha são militares.

c. Pacifismo Economicista

Resulta fundamentalmente da influência de economistas na discussão sobre os problemas da Paz e da Guerra. Visam preservar o património material e técnico da Humanidade, constituindo a guerra exactamente o oposto deste desiderato. Esta teoria assenta numa espécie de razão, custo/eficácia, sendo conhecida a afirmação de Jeremias Bentham, no século XVIII, ao dizer: «As colónias inglesas não valiam o que custavam, pois eram a origem de todos os conflitos».

Esta teoria, recebeu algum impulso nalguns passos da Encíclica «*Labore Exercens*» de João Paulo II, nomeadamente quando se afirma: «Pelo seu trabalho, o Homem entra na posse de um duplo património: o património que pertence a todos os homens sob a forma dos recursos da natureza e o património de quanto foi elaborado por aqueles que o precederam, a partir da base de tais recursos, em primeiro lugar desenvolvendo a técnica, isto é, tornando realidade um conjunto de instrumentos de trabalho cada vez mais aperfeiçoados. Assim, o homem ao trabalhar, aproveita o trabalho de outrém».

A Expansão do fenómeno nos nossos dias

O extraordinário desenvolvimento do número, variedade e potência das armas nucleares teve o efeito de gerar um equilíbrio de terror, criando desde os anos 50, uma dissuasão que tem mantido a Paz (ou se quisermos, tem evitado a «guerra quente»), entre as superpotências, nos últimos 40 anos. Permitindo assim, que o Continente Europeu tenha também ficado imune a guerras no mesmo espaço de tempo.

Este equilíbrio do terror é gerador de medo, pelo lógica do absurdo, poder destruir a Humanidade. Assim, temos assistido a numerosas conversações sobre limitações ou reduções de armamento e a grandes manifestações de carácter pacifista que, chegam ao ponto de defender teses como as de «antes vermelho que morto».

Os grupos ecologistas, conhecidos por «Verdes», passaram a abraçar os ideais do Pacifismo e têm já expressão parlamentar em alguns países. Parece-nos importante neste momento, dizer que o Pacifismo é um fenómeno quase exclusivamente ocidental⁽¹⁴⁾ e maioritariamente europeu. Tem fraca expansão no resto do mundo e, é reprimido nos países de regime totalitário. Apenas o Japão aparece como excepção, dado possuir no seu seio um forte movimento pacifista.

O Pacifismo nos EUA desenvolveu-se extraordinariamente a partir de 1964, em virtude da guerra do Vietname, tendo-se gerado uma opinião pública contrária à guerra, o que prejudicou a posição política e militar dos EUA e apressou a sua retirada do Sudeste Asiático. Tornou a crescer nos anos 80 contra a corrida aos armamentos, tendo a manifestação ocorrido em Nova York, com a presença de cerca de 700 000 pessoas, constituído a maior manifestação política na História dos EUA.

Na Europa desenvolveram-se movimentos pacifistas em muitos países, sendo a RFA o país onde estes atingem maiores proporções⁽¹⁵⁾. Estes movimentos defendem vários princípios e objectivos e, englobam militantes dos quadrantes políticos mais variados. Na Escandinávia, defende-se a desnuclearização da mesma, como objectivo principal; na Holanda existem muitos grupos activos que recebem ajuda das diferentes igrejas, nomeadamente das protestantes; em França ficou célebre o ataque do movimento Greenpeace contra as experiências nucleares francesas, que levou à sabotagem de um navio daquele movimento por agentes franceses. Um pouco por todo o lado, surgem manifestações, as mais variadas, *de carácter pacifista* onde, são atacadas as Instituições Militares, as indústrias de defesa, as indústrias poluentes, as armas atómicas, a corrida aos armamentos, tudo misturado com apelos à paz a todo o custo, ao desarmamento uni-

⁽¹⁴⁾ Quando falamos de Ocidente, queremos referir-nos à Europa Ocidental e América do Norte.

⁽¹⁵⁾ Os pacifistas contam entre 200 000 a 300 000 activistas e o partido dos verdes conseguiu mobilizar até 10 por cento do eleitorado.

lateral, ataques aos valores tradicionais da civilização cristã ocidental e ao «imperialismo» americano. Pode-se, no entanto, considerar como ponto culminante do movimento pacifista, as grandes manifestações que chegaram a mobilizar 2 milhões de pessoas, levadas a cabo em quase todos os países ocidentais, quando a NATO decidiu nos anos 80⁽¹⁶⁾, instalar na Europa os chamados euro-mísseis, na sequência da entrada ao serviço dos mísseis SS-20 soviéticos. Ao contrário, quando estes últimos foram instalados, praticamente nenhuma voz pacifista se ouviu para condenar a sua instalação.

Pelos resultados obtidos, pode-se concluir que os movimentos pacifistas jogaram um papel importante no processo de decisão das democracias ocidentais.

E, apesar do seu objectivo final (não instalação dos mísseis) não ter sido alcançado, conseguiram impôr-se como força de pressão a ter em conta e influenciaram de algum modo, a conduta dos principais partidos políticos, nomeadamente dos de Esquerda.

Em Portugal, o Pacifismo seguiu as ideias dominantes na Europa, mas teve sempre um desenvolvimento muito inferior.

Podemos reportar ao triunfo da Revolução Liberal, em 1834 e sobretudo a partir da regeneração, em 1851 como datas a partir das quais os ideais pacifistas fizeram a sua aparição e se desenvolveram, favorecidos que foram pela influência do liberalismo económico e por algumas correntes socialistas. Alguns escritores realistas do fim do século, donde se destacam Eça de Queiróz e Ramalho Ortigão, nas suas críticas sociais e políticas, atacam as Forças Armadas. Com a entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra, ouvem-se algumas vozes contra a participação do País no conflito, mas, estas radicam-se mais em oposição política, que propriamente em ideais pacifistas.

Serão os anarco-sindicalistas que virão a espalhar ideias pacifistas com maior profundidade. Durante o «Estado Novo», nada aparece que valha a pena mencionar como ideal ou manifestação pacifista. Com a guerra do Ultramar, entre 1961 e 1974, alguns milhares de jovens aban-

⁽¹⁶⁾ A decisão da NATO foi tomada em 1979 para os mísseis serem implementados em 83, caso as negociações com a URSS para limitar este tipo de armas falhassem. É interessante reter que, é esta decisão que quase por si só constitui o leitmotiv do surto pacifista dos anos 80.

donaram o país antes de serem chamados às fileiras para cumprirem o serviço militar. Mas, sem embargo de melhor opinião, não nos parece haver fundamentos pacifistas, na origem dessa decisão, salvo raras exceções. Nada organizado despontou.

Apenas a partir do fim da década de 70, começaram a aparecer pequenas manifestações, artigos de opinião, etc. Algumas destas exteriorizações andam ligadas a movimentos ecológicos, existindo um pequeno partido — «Os Verdes». Como organização, destacam-se o «Movimento para a Paz e Cooperação» de carácter fortemente ideológico e a «Arca», de carácter religioso. A partir dos anos 80, deu-se uma tentativa de apropriação dos grupos e ideias pacifistas por parte de alguns partidos políticos.

A defesa do Pacifismo

O Pacifismo reflectia na sua génese a preocupação convicta e sincera em eliminar o que se julgava ser as causas da guerra. Os pacifistas desejam a paz em todas as circunstâncias e a qualquer preço, passando por cima de eventuais injustiças, pois afirmam o uso da força, como intrinsecamente reprovável. Jamais a destruição, a dor, toda a espécie de sofrimento e horrores que acompanham a guerra seriam compensados por qualquer vantagem moral ou material obtida.

Argumenta-se:

- A guerra é sempre imoral e ilegítima;
- A guerra é sempre um crime contra a Humanidade;
- A guerra de modo algum serve a qualquer Homem para atingir os fins a que se propõe.

Assim, o autêntico Pacifismo, distingue-se pela:

- Condenação total da guerra, independentemente dos motivos e causas que a originam;
- Recusa total do recurso à força, mesmo em autodefesa, como afirmação de direitos usurpados, ou como meio de reparar injustiças, violências ou agressões;
- Condenação e repulsa de qualquer forma de serviço militar, mesmo dos serviços auxiliares.

O Pacifismo constitui-se assim, numa atitude absoluta e que só fará sentido se tiver um carácter universal.

São seus defensores, numerosos filósofos, escritores, cientistas, destacando-se: Erasmo, Voltaire, Kant, Pascal, Bossuet, Tolstoi, Ghandi, Saint Pierre, Vítor Hugo, Rousseau, Einstein, Edward Grubb, Bertrand Russel, entre outros.

Reproduzimos como exemplo, dois pequenos excertos de índole pacifista, de dois autores separados por muitos séculos:

«Aquele que dá morte a um seu semelhante é castigado como um criminoso. Mas assassinaí milhares de homens, inundai a terra de sangue, infectai os rios de cadáveres, e dar-vos-ão um lugar no Olimpo» (Lactâncio).

«A fome instruiu os bárbaros na prática de matar, impeliu-os às guerras, às invasões. Os povos civilizados são como cães de caça. Um instinto corrompido excita-os a destruir sem preceito nem razão.

A explicação absurda das guerras modernas chama-se interesse dinástico, nacionalidade, equilíbrio europeu, honra. Este último motivo é, talvez, o mais extravagante de todos; porque não há povo no mundo que não esteja manchado por todos os crimes e coberto de todas as vergonhas. Não há nenhum, que não tenha sofrido todas as humilhações que a fortuna seja capaz de infligir a um miserável rebanho de homens. E se, todavia, ainda subsiste uma honra nos povos, que estranha maneira de sustentá-la vem a ser essa de fazer a guerra, isto é, de cometer todos os crimes pelos quais uma particular se desonra: incêndio, rapina, violação, morte?» (Anatole France⁽¹⁷⁾).

A crítica do Pacifismo

A partir de uma permissa correcta e de grande impacto emocional — «a guerra é um mal», desenvolve-se toda uma doutrina para sustentar a Paz, ou a ausência de guerra, a todo o custo. O Pacifismo vê a Paz sem condições. E daí deriva o principal óbice à sua aceitação, dado que, apesar

(17) P.^o Cupertino, obra citada, pág. VI/13.

de não oferecer grande controvérsia, afirmar-se que a guerra é um mal, difícil se torna sustentar, que esse mal não seja por vezes justificável. A paz seria assim um bem absoluto que ninguém poderia perturbar em circunstância alguma. Tal não se verifica, como se sabe.

Acresce que, este tipo de política e paz, pode abrir o caminho aos menos bem intencionados e, facilitar o papel dos potenciais agressores.

A política das democracias ocidentais no período que antecedeu a Segunda Grande Guerra, foi um bom exemplo disso.

A Paz sem Direito, não é Paz. A Paz na injustiça, é opressão. Defender o pacifismo absoluto é regredir na História da Humanidade, é tornar a instituir a escravatura, quiçá com formas encapotadas; é tornar a suserania sobre indivíduos e povos possível, é não ter em conta o longo e penoso caminho já percorrido na senda de melhorar os Direitos Humanos e o Direito Internacional.

Os pacifistas são, por vezes, utópicos ao reclamarem a abolição dos exércitos e das polícias, como se os problemas, os conflitos e a psicopatologia individual e social pudessem deixar de existir de um momento para o outro, por artes mágicas.

René Naurois em «Equivoques pacifistes et objecteurs de conscience», «Guerre et Paix» pág. 267, ajuda-nos a entender isto um pouco melhor ⁽¹⁸⁾ «se se trata essencialmente e absolutamente de não matar, de preferir morrer, este princípio não pode funcionar somente em relação ao inimigo exterior, ao que se apresenta sob o uniforme de um exército inimigo. Como parece indiscutível, deverá valer igualmente face ao inimigo interior: ladrão ou assassino. Que motivo, com efeito, haveria de explicar que não opusessemos resistência a tropas que invadem o nosso território, violam as nossas mulheres, torturam os nossos velhos pais, nos atiram a nós mesmos para campos de concentração ou se apoderam dos corpos e das almas dos nossos filhos, e ao mesmo tempo resistíssemos ao energúmeno ou ao gangster que se limita a assassinar ou a roubar determinados indivíduos?

Por uma estranha incongruência, a maior parte dos pacifistas omite esta implicação, não obstante, inevitável, dos princípios que defendem. Naturalmente porque não reparam nela. Entretanto, não é possível escapar a esta alternativa: «ou não é lícita nenhuma defesa pelas armas, nem contra

(18) P. Cupertino, obra citada, pág. VI/14.

o gangster nem contra o invasor estrangeiro, ou então, se se admite uma excepção, se é lícita a defesa contra o inimigo interior, é a ideia do pacifismo que fica inutilizada desde o próprio momento em que se formula».

Mas, dizemos nós, se por absurdo ou convicção profunda haja alguém que se recuse a usar a violência em todas as circunstâncias e, que por isso, permita a morte de outrém e/ou a sua própria, o que ganhou com isso? que semente conta deixar para o futuro?

Será que a atitude algo pacifista dos Dinamarqueses, durante a ocupação alemã na Segunda Grande Guerra, iria fazer com que estes libertassem o país caso não tivessem perdido a luta a favor dos aliados? Quantas guerras é que os pacifistas já evitaram?

O Pacifismo pode ainda provocar o aparecimento ou reforço de militarismos, já que faz com que o desejo de paz seja confundido com cobardia, com renúncia, com abdicação de legítima defesa. Por outro lado, podem provocar alguma corrida aos armamentos, como compensação, em governos que vêm diminuir a sua capacidade de resistência pela falta de vontade de lutar de parte dos seus cidadãos. A maneira insidiosa como o pacifismo se afirma e corrói o espírito de defesa da população, pode fazer baixar perigosamente, o limiar de segurança, sendo assim um convite à intervenção de estados menos escrupulosos em relação à Moral e ao Direito.

Em conclusão, podemos afirmar, à luz dos ensinamentos da História, do conhecimento humano e da forma como as relações internacionais se exercem, que a Paz absoluta e universal, é, ainda, uma utopia. O Pacifismo não contribuiu na prática para evitar as guerras, e falseia a realidade ao defender que toda e qualquer guerra é ilegítima.

O PACIFISMO E A ESTRATÉGIA INDIRECTA

Como vimos, os movimentos pacifistas são, em geral, essencialmente heterogêneos e os seus argumentos os mais variados. Mas, ao longo da História nunca apareceram ligados, de uma forma organizada, aos adversários de momento ou serviram de correias de transmissão, ou de «quintas colunas», a organização ou estados, em conflito. Os manuais sobre estratégia indirecta, melhor ou pior organizados, desde que Sun Tsu escreveu a «Arte da Guerra», 3 a 4 séculos antes de Cristo, ainda não continham

o pacifismo como uma das «armas» a utilizar. Apenas nos últimos vinte anos, o pacifismo aparece como a apropriação abusiva e preversa do capital emocional gerado pela justeza moral das tentativas de alcançar a paz, sendo canalizado para servir os interesses político/ideológicos de uma superpotência, neste caso a União Soviética. Não se defende, nem se afirma, contudo, que todos os grupos pacifistas existentes, são controlados pela URSS ou por outra qualquer potência — muitos deles são independentes e alguns de cariz católico — mas sim, realçar o que é evidente, no que toca ao investimento que o bloco comunista (Pacto de Varsóvia) tem feito no movimento pacifista Ocidental em termos financeiros, estruturais e ideológicos, e a figura de «ingénuos úteis», que a grande maioria dos grupos não controlados directamente, passa por fazer nos últimos tempos. Assim, por exemplo, os movimentos pacifistas da França, Itália e RFA⁽¹⁹⁾, são controlados directamente pelos partidos comunistas, em bora no último caso, o controle não seja total, incidindo maioritariamente na sua estrutura central⁽²⁰⁾.

Mas, para percebermos porque chegámos a um tal ponto, é mister analisar as causas.

Considera-se Hiroshima o facto mais recuado a que temos que recorrer. Tal se torna necessário, por ela ser um marco de uma nova era — a nuclear — tendo esta despontado, para fins militares, sob a forma de uma bomba atómica. Esta possuía ainda, uma outra característica até então inédita: era uma arma absoluta, isto é, por si só, podia resolver um conflito, nada havendo que lhe fizesse frente. Desde Hiroshima, no entanto, o armamento nuclear jamais parou de crescer. Por um breve espaço de tempo pareceu ao Mundo que os EUA poderiam implantar a paz (apesar de ser a *sua* paz), já que não havia poder no Universo capaz de lhes fazer frente. Esta ideia cedo se desvaneceu, pois a URSS não perdeu tempo a fazer rebentar a sua bomba. A escalada desencadeou-se, havendo até hoje

⁽¹⁹⁾ Kaltefleiter, Werner — «The Peace Movements in Europe & USA».

⁽²⁰⁾ O movimento pacifista na RFA está organizado em três círculos. O círculo Central está dividido em dois grupos: os idealistas e os convictos. Este círculo é constituído por cerca de 20 000 activistas, mas a organização é dominada pelos comunistas. O círculo seguinte é constituído por 200 a 300 mil pessoas, que são as mobilizadas para demonstrações e outras actividades. O último círculo é constituído por aqueles que dão o seu voto a um partido que defenda ou se constitua como pacifista. No caso Alemão tal é consubstanciado nos verdes, que podem recolher até 10 por cento do eleitorado.

duas preocupações constantes: garantir a dissuasão e, obter se possível uma superioridade em dado momento, que permitisse um ataque suficientemente devastador que destruísse as armas inimigas, impedindo o adversário de retaliar e garantindo assim a vitória.

A dissuasão foi sendo mantida, primeiro pela destruição mútua assegurada (MAD), o que provocou uma autêntica corrida aos armamentos e, mais tarde, com o crescimento dos arsenais convencionais, através da doutrina da resposta flexível. Esta mudança, deveu-se ao desequilíbrio favorável ao Pacto de Varsóvia, no campo das armas convencionais e à introdução das armas nucleares táticas. A resposta a um ataque seria assim, graduada: convencional, nuclear tática e nuclear estratégica, tentando-se manter sempre o conflito ao nível mais baixo possível. Dentro das armas nucleares táticas, apareceu a bomba de neutrões, que matava as pessoas mas poupava o equipamento, logo apelidada de bomba capitalista, e as armas nucleares de teatro (TNF) com alcance entre 800 e 6400 km. Podem-se considerar TNF, os mísseis soviéticos SS4, SS20 e 21. São também TNF os Pershing II e os mísseis de cruzeiro (da NATO). Pelos acordos SALT de 1972, os EUA e a URSS acordaram em limitar as armas estratégicas. No entanto o facto do termo «estratégico» não ter o mesmo significado para cada uma das superpotências⁽²¹⁾, fez nascer as Conversações de Genebra para renovar os acordos SALT, que se têm arrastado num diálogo de surdos, até terminarem, este ano, sem resultados práticos. Paralelamente e, no seguimento da invasão da Checoslováquia em 1968, decidiu-se fazer uma conferência para a segurança e cooperação Europeia, que teve lugar em Helsínquia, entre 1973-75.

É porém, a instalação dos mísseis soviéticos SS-20, cujo alcance político estratégico e militar, vai obrigar o Ocidente a dar uma resposta. Efectivamente, os SS-20 colocavam a Europa Ocidental perante uma ameaça para a qual não havia resposta adequada, ao mesmo tempo que introduziam uma «cunha» na solidariedade Atlântica, ao provocar uma eventual separação entre a Europa e a América do Norte. A NATO decidiu assim em Dezembro de 1979, a instalação dos Pershing II e dos mísseis de cru-

(21) Para os EUA as armas estratégicas são as inseridas no conceito de destruição mútua assegurada (MA), enquanto os soviéticos consideram estratégicas todas as armas que possam atingir o seu território.

zeiro em alguns países da Europa Ocidental, em 1983. Foi esta decisão que permitiu aos soviéticos tentar manipular a opinião pública europeia e desencadear manifestações pacifistas de grande envergadura. As conversações de Genebra continuavam no claro intuito, não de se chegar a conclusões válidas, mas, no sentido de tirar devidos «propagandísticos». A ofensiva foi total, e o objectivo último era impedir que os mísseis cruzado e Pershing ⁽²²⁾, fossem instalados. Como se sabe, a solidariedade «Atlântica» manteve-se, os mísseis foram instalados — não sem problemas — e o furor pacifista amainou.

A invasão do Afeganistão, o crescente envolvimento soviético em várias partes do mundo, nomeadamente em Angola, na Nicarágua e na Etiópia, e os acontecimentos na Polónia centrados no «Solidariedade», fizeram desertar muitos dos apoiantes ou simpatizantes dos movimentos pacifistas, ou no mínimo, obrigou-os a repensar as suas acções. Finalmente, a iniciativa de defesa estratégica (SDI) do presidente Reagan e a ascensão ao poder da nova liderança soviética que, numa audaciosa e bem estruturada política, fez mudar, pelo menos aparentemente, todo o comportamento político/estratégico, tanto a nível interno como sobretudo, a nível externo, do Estado Soviético, veio culminar na Cimeira de Reiquiavik, a partir da qual se dá um desanuviamento das relações Leste-Oeste. As reacções dos movimentos pacifistas irão certamente ser contingentes ao evoluir da situação, sendo de prever um contínuo ataque às instituições militares, agora com o argumento da sua inutilidade dada a nova era e a nova «detente». Esta ofensiva, que já se vislumbra no horizonte, a avaliar pelo que se passa na RFA, será tanto mais forte e mais perigosa, quanto as cabeças instaladas no Kremlin conseguirem persuadir a opinião pública Ocidental do esbatimento da ameaça.

Como se manifesta e no que assenta a Estratégia Indirecta. Em termos estratégicos diz-se que a ameaça é igual ao produto da capacidade pela intenção ($a=C \times I$), enquanto que o potencial relativo é igual à potenciação dos factores materiais ou tangíveis e das forças anímicas ou intangíveis ($P=FM \times FA$). Ora, exercendo propaganda e outros tipos de acção psicológica pode-se lançar uma «cortina de fumo» sobre as intenções (I), obscurecendo os propósitos ou camuflando-os, ao mesmo tempo que se actua

(22) Que, por ex., disparados da RFA atingiam solo soviético em 6 minutos.

sobre a vontade de lutar do adversário, minando-lhe a coesão e abrindo brechas nas certezas dos ideais a defender. Não sendo possível impedir a obtenção dos recursos materiais, neste caso armamentos, há que incidir a acção sobre a consciência de quem os vai manusear e na orientação da opinião pública no sentido de contestar, ou de não apoiar determinadas políticas entendidas como não favoráveis. Estas acções, geralmente apresentadas de um modo deceptivo e atraente, podem desequilibrar o potencial relativo das forças em presença e ser até decisivas, já que, como o poder de um Estado ou de uma Aliança é um produto, basta que um dos factores seja zero para que o produto final seja nulo. A luta travada tem sido desigual, já que o Pacto de Varsóvia não tolera qualquer tipo de movimento pacifista dentro dos seus territórios, enquanto o encoraja no Ocidente, tentando colocar o prato da balança a seu favor. Por outro lado, o Ocidente, dado o tipo de sociedade aberta, liberal e democrática que estabeleceu, não o pode reprimir pela força, ao mesmo tempo que tem «escrúpulos» em fomentar movimentos semelhantes no seio do adversário.

Em termos gerais, e deixando de lado algumas peculiaridades nacionais e apesar das diferentes origens históricas, os movimentos pacifistas na Europa afinaram o seu diapasão contra a decisão da NATO de 79 em instalar os mísseis Pershing II e Cruise. Eis, outras propostas/exigências do movimento pacifista:

- Congelamento das armas nucleares. Pretende-se com isto evitar tanto a modernização das armas como a colocação de mais armas na Europa. Note-se que isto aconteceu numa altura em que a URSS ia à frente dos EUA, em alguns sistemas.
- Zonas livres de armas nucleares. O problema aqui, reside no facto destas zonas não se estenderem ao local de lançamento dos mísseis apontados à zona a desnuclearizar...
- A conversão dos gastos militares noutras formas de investimento. É claro que esta medida merece logo o aplauso de muitos acólitos e é tentadora para o público. Só que, nunca se diz que a URSS também deveria fazer as mesmas reduções. Tal é julgado desnecessário dado pensar-se que o desarmamento unilateral irá mudar o clima internacional, oferecer mais segurança à URSS e por esta

via fazer com que ela siga o exemplo. É curioso notar como esta posição revela no mínimo, a influência intelectual exercida na liderança do movimento pacifista, pela URSS.

Vistos que foram, os principais temas pelos quais os pacifistas se bateram, nas duas últimas décadas e a orientação seguida no sentido de minar a vontade de defesa do Ocidente, vamos analisar as variáveis comuns que ajudam a explicar o crescimento do movimento pacifista em fins dos anos 70.

Os estudos efectuados revelaram que a maioria dos movimentos tiveram a sua origem fora das estruturas partidárias. No entanto, tiveram forte impacto nas posições dos partidos, quando não tomaram conta dessas mesmas posições. Por outro lado, um movimento pacifista tem, aparentemente, maiores hipóteses de se tornar importante num país onde haja muitos partidos ou num país que tenha dado particular ênfase a um movimento desse tipo. O impacto das tecnologias avançadas da sociedade de consumo é também importante.

Alguns analistas chamam a este fenómeno a era pós industrial. Ora, dizer isto, é sugerir que há um declínio no suporte das instituições sociais e políticas existentes, nessas sociedades. Este fenómeno é mais alargado através do ataque ao industrialismo e do refrão «pequeno é bonito» (*small is beautiful*, no original). O impacto dos «médias» electrónicos, tem uma tremenda importância, pois permite uma comunicação instantânea para todo o lado com uma capacidade superior de, «formadora» de opinião. Assim, qualquer manifestação pacifista é imediatamente transmitida, resultando um efeito ampliado do seu verdadeiro valor.

Existe ainda um fenómeno nesta estrutura de comunicação: é o de favorecer minorias que usam métodos pouco ortodoxos. Aplica-se rigorosamente a frase de Mark Twain — «se um cão morde um homem, isso não é notícia, mas, se um homem morde um cão, isso é notícia». A acção das igrejas deve também ser considerada. Existe uma tendência nos países de maioria protestante para haver oposição à política de dissuasão, já que é vista como imoral. A maneira como as diferentes igrejas intervêm em assuntos políticos e, a maior ou menor secularização da sociedade,

também se encontram ligadas a esta temática, podendo a secularização da sociedade poder aumentar a secularização da igreja⁽²⁸⁾.

A quebra de consenso na política de defesa em vários países é também importante para a análise dos movimentos pacifistas e, em termos partidários, existe tendência para os partidos de esquerda se defenderem dos partidos de extrema esquerda, no sentido de não perderem votos e assim poderem ter que mostrar maior «maleabilidade» nas doutrinas pacifistas. É o caso dos Partidos Trabalhista Inglês, Democrático Americano e dos Sociais Democratas da Europa do Norte.

Um outro tópico comum é o anti-americanismo, que alastra nos movimentos pacifista. Tal, é provavelmente derivado da dependência, em termos de defesa, da Europa, antigo centro político do Universo, face aos EUA; da guerra do Vietnam; do facto dos EUA funcionarem como símbolo das sociedades que são muito competitivas e orientadas para o lucro. Assim, os EUA aparecem como um tipo de sociedade que é rejeitada por muitos grupos, como por ex. pelos Verdes, na RFA. Finalmente, existem dois pontos que merecem bastante atenção e que estão directamente ligados à estratégia indirecta. O primeiro, tem a ver com o facto dos movimentos analisados se terem desenvolvido paralelamente ao aumento do poder militar soviético, e à prossecução da política de detente no Ocidente. Isto é, a URSS construía SS-20 e a Europa Ocidental criava movimentos pacifistas. No entanto, é injusto apenas criticar os pacifistas. Os Governos da Europa Ocidental tinham o dever de se aperceber da política de projecção de poder realizado pelos soviéticos. Esta política foi ignorada e insistiu-se na detente e no controle dos armamentos.

Durante estes anos, os políticos ocidentais, auxiliados pelos «média», trataram a URSS como uma potência sem ambições expansionistas, com problemas internos graves e com desejo a uma coexistência pacífica.

Por último, apareceu também dos dois lados do Atlântico, uma tendência para dar o benefício da dúvida aos soviéticos, concedendo-lhes as melhores intenções, enquanto que o contrário era imputado aos EUA.

Uma análise sociológica revelou ainda que a maior parte das pessoas que passaram a militar nos movimentos pacifistas eram jovens, dos mais bem educados, oriundos das profissões terciárias, e pertencentes à classe

(28) Os movimentos pacifistas são fracos nos países de maioria católica do Sul da Europa.

média. A alta classe média, tanto na Europa como nos EUA, é em grande parte contra o nuclear (24).

Os métodos usados pelas pessoas que servem os movimentos pacifistas são não convencionais e vão desde as demonstrações, acampamentos de paz frente a objectivos, cadeias humanas, bloqueamento de ruas, edifícios públicos ou quartéis, festivais pop para a paz, aos abaixo assinados, greves pacíficas, etc., tudo misturado com muita cor, muito «folclore» e muito espalhafato.

De como o pacifismo pode contribuir para o oposto do que defende. As agressões, desencadeadores de conflitos sangrentos, sempre se deram ao longo da História, quando uma entidade política presumia, errada ou acertadamente, que possuía um potencial favorável sobre o(s) inimigo(s), o que lhe permitiria impôr a sua vontade, atingindo os seus objectivos com custos aceitáveis. Quando este desequilíbrio não é sentido por nenhum dos contendores, a guerra não estala (estratégia directa ou guerra quente), independentemente dos pontos conflituais poderem continuar latentes e, a ser «tratados» por outras vias: diplomáticas, psicológicas, económicas, culturais, políticas, etc. — estratégia indirecta ou guerra fria. Podemos então dizer que, este equilíbrio de potencial e o medo das represálias gera a dissuasão e, esta, mantém a paz ou no mínimo evita a guerra.

Ora, os pacifistas, não têm nada disto em conta. Não possuem preocupações de segurança — o que é bem patente hoje em dia no que se passa em relação ao Ocidente — e, baseiam o seu raciocínio em esperanças e desejos e não em dados concretos, como por exemplo a justiça e o comportamento da URSS em termos de relações exteriores. Pensar o pior e fazer cálculos racionais, é coisa que não lhes passa pela cabeça. Actuam como se o bom senso estivesse ausente do seu julgamento.

Vejamos o que os pacifistas conseguiram neste século para evitar a guerra. Antes da Primeira Grande Guerra, culminando quase um século de intensa propaganda pacifista, nomeadamente no fim do século XIX e princípio do XX, havia ainda uma certa esperança de evitar a guerra através dos ideais socialistas e da criação das «internacionais», que procuravam estender uma espécie de lealdade horizontal entre as massas trabalhadoras e proletarizadas. A racional era simples: estando os operários

(24) Kaltefleiter, Werner — *The peace movements ...*, pág. 195.

irmanados por uma ideologia comum e pelo espírito de classe, não se iriam guerrear uns aos outros. Nada disto resultou, a guerra rebentou e todos os mitos caíram, já que o operariado de todo o mundo obedeceu aos seus governos e bateu-se ferozmente. Em 1918, há um novo surto de pacifismo, derivado das calamidades e asneiras da Primeira Grande Guerra e do militarismo que triunfou sobre as propostas de paz.

Este pacifismo manteve-se entre as duas Guerras. Mesmo depois de Hitler subir ao poder, os pacifistas continuaram a advogar o desarmamento e a segurança colectiva contra a agressão. Existiu até a situação embaraçosa de Bertrand Russell apelando ao desarmamento e à objecção de consciência nos anos 30 e, mudando de opinião em 1940, exortava os seus compatriotas a resistir a Hitler⁽²⁵⁾. (Se o tivessem ouvido não teriam agora nada para resistir...).

A ideia da Sociedade das Nações poder ser a garantia da segurança colectiva, foi mais um equívoco pacifista. Mas, simultaneamente, não se cobriram de atacar as instituições militares.

Os apelos pacifistas, caíram, todos em saco roto e, a guerra estalou novamente. Eis aqui, um perigo do pacifismo: ao suscitarem quebras na defesa, tanto moral como espiritual dos povos, ao proporem utopias, ao promoverem abdicação da legítima defesa etc., podem levar ao exarcebar do militarismo, como reacção aos efeitos deletérios da acção daquele.

Por outro lado, o que é que os pacifistas fizeram para se opôr às principais correntes filosóficas que dominaram a ideologia europeia nos últimos cem anos (pangermanismo, paneslavismo, panhelenismo, panislamismo, panarabismo, pantomanismo, etc.), todas elas carregadas de carácter ofensivo e, tendo no activo muitos massacres, genocídios, recolocação de populações etc.? Poder-se-á dizer que nada!⁽²⁶⁾.

O único que trouxe uma filosofia com alguma eficácia foi Ghandi — doutrina da não violência —.

No entanto, tal doutrina deu apenas resultado em relação à Inglaterra (que já não era um imperialismo novo e começava a duvidar da sua missão) e no caso específico da independência da Índia. Não deixa de ser curioso notar que, logo que, esta se verifica, há um volte face na atitude de

⁽²⁵⁾ Cranston, Robert, pacifism as an ideology, pág. 55.

⁽²⁶⁾ Bouthoul, Gaston. «Lettre ouvert aux pacifistes», pág. 97.

Ghandi, que pressionou Nerhu a opôr-se pela força à independência do Paquistão. Estas «contradições», voltaram a dar frutos em 1972, com as atrocidades cometidas em Bengala. Isto para já não falar, no colégio fundado por Ghandi onde hoje em dia os jovens alunos fazem exercícios de metralhadora em punho! (27).

Desde 1945, o Pacifismo tem mantido uma forma virulenta e visível, especialmente a favor do desarmamento nuclear unilateral e contra a corrida aos armamentos. Há alguns aspectos curiosos e perigosos em tudo isto. A condenação das armas nucleares não é acompanhada de igual condenação do armamento convencional, ora o que propõem na prática, é que estejamos meio armados, que se ponham de lado algumas armas. Um estado meio armado só tem força para convidar à agressão. Esquece-se por outro lado que, apesar das armas nucleares, não há guerra na Europa há 40 anos, enquanto que dezenas de conflitos têm ensanguentado o mundo (28) sem nunca a arma nuclear ter sido usada. O problema dos armamentos é também secundário. Não que seja dispiciendo, os países do Terceiro Mundo gastam, anualmente, na defesa, mais do que o orçamento da saúde e educação juntos (29). Mas, o ponto que queremos realçar é que não são as armas por si só que causam a destruição. Os grandes massacres da História (por ex. Gengis Khan e Tamerlão) foram feitos com arcos, flechas e espadas. Na Segunda Grande Guerra, a maioria das vítimas foi causada, não pelas armas, mas sim, pela fome, frio, epidemias e deportações. O genocídio não precisa de armas.

As armas podem servir para massacres mas, podem manter-se numa virtualidade não utilizada. É sempre o Homem que mata e não o instrumento.

Assim, e em síntese, podemos dizer pela boca de Raoult Girardet que, «os sucessos pacifistas ao enfraquecerem a capacidade de resistência das sociedades ocidentais, podem precipitar os riscos de guerra em vez de os evitar» e, que num período de crise é muito difícil saber onde acaba o pacifismo e onde começa o «entreguismo». O Pacifismo é o pior inimigo da paz: obstina-se em acreditar que a guerra é unicamente um problema

(27) Bouthoul, Gaston, obra citada, pág. 98.

(28) De 1945 a 1983 as guerras fizeram 4,5 milhões de vítimas (10 milhões se contarmos com os massacres da independência Indiana.

(29) Mais concretamente 77 estados, dados de 1971.

de bons sentimentos e que, a paz e a guerra, dependem apenas a nossa boa vontade. Basta demonstrar o nosso horror à guerra para que ela desapareça!

O Pacifismo pela sua natureza actual, apresenta-se como um elemento desequilibrador do potencial relativo, o que pode provocar uma brecha na dissuasão e, assim, provocar a guerra.

CONCLUSÕES

Ilações

Velha como o homem é a guerra, brotando no coração de Caím da semente do pecado de seus pais. Todas as formas de violência que houve, há; e nenhum mal pertence definitivamente ao passado⁽³⁰⁾.

O que esta frase quer dizer é que a guerra é o fenómeno social que mais de perto tem acompanhado a vida da humanidade e que não se vislumbra a sua erradicação da face da terra. O centro do fenómeno é o homem.

Todas as doutrinas que ao longo da história tentaram eliminar a guerra e instaurar a paz, têm falhado. Podemos agrupá-las todas no termo *Pacifismos*. A própria igreja, cujos primeiros cristãos professavam um Pacifismo absoluto e literal, veio sempre a actualizar a sua doutrina no sentido de harmonizar o melhor possível a necessidade de proteger o bem comum e os «homens bons», da agressividade e imoralidade dos que praticam a violência desproporcionada, com a necessidade de achar formas para acabar com esta violência. Tem sido um papel sobretudo humanizador e definidor da legitimidade, ou não, do conflito.

A certa altura os pacifistas defenderam que as guerras de religião tinham acabado e como tal, todas as guerras entre estados nacionais também deveriam acabar. O raciocínio era simplista: dado que são as nações independentes que se batem, não há mais do que suprimir as nações! (e isto quando nos anos 60 e 70 se criaram 50 novos estados nações!)

⁽³⁰⁾ Seabra, João, «Os cristãos face à violência», Revista *Communio*, pág. 559.

Como explicam os pacifistas as guerras civis? Quanto ao fim das guerras religiosas basta lembrarmos-nos da Irlanda do Norte, da Argélia, do Biafra, da guerra Indo/paquistanesa e da recentíssima guerra Irão/Iraque, para vermos como o argumento citado, não tem o mínimo fundamento.

Todas as teses racionalistas, humanistas, economicistas, de carácter político, etc., onde o Pacifismo colheu argumentos, não conseguiram evitar nenhum conflito, nem tão pouco conseguiram ser contraponto eficaz a belicismos, militarismos e nacionalismos exarcebados. A internacionalização do movimento pacifista iniciado no século passado, também não obteve frutos apreciáveis neste âmbito, (evitar qualquer guerra). Ao contrário, as guerras nos últimos 200 anos tem tido tendência para se alargar, para não deixarem qualquer elemento da população imune a elas, para ultrapassarem continentes, para aumentarem as implicações no espaço e no tempo e para serem mais mortíferas. Já houve duas guerras de carácter mundial e a iniciativa estratégica de defesa, do presidente Reagan (guerra das estrelas), pode indiciar que a terra já não será suficiente para confinar os conflitos. E, tudo isso, apesar de se tentar pôr de pé ao longo dos tempos várias instituições internacionais com fim de regular pela via pacífica as contendas entre os Estados.

A via do desarmamento também não tem dado os resultados esperados. A primeira tentativa que se conhece, remonta ao Concílio de Latrão em 1139. Neste Concílio foi proibido o uso da «besta», com excepção da luta contra os infiéis, por «ser odiosa aos olhos de Deus e não conveniente aos cristãos». Como se sabe esta proibição não teve efeitos práticos nem foi cumprida. Nada, desde então, se deu nesta matéria que mereça realce. Apenas neste século, em 1948 se voltou a dar um passo, no mínimo, interessante. Tratou-se do plano Baruch, que previa a entrega dos planos secretos da fabricação da arma atómica às Nações Unidas para ficarem à sua guarda, e assim impedir a sua proliferação. A URSS opôs-se, e logo nesse ano fez a sua primeira explosão.

Na década de 70 iniciaram-se novas conversações sobre limitações de armamento, Salt 1 e 2, MBFR em Viena, etc., com poucos resultados no seu activo. Só as muito recentes reduções em armas nucleares de teatro, na sequência do acordo de Reiquiavik de 1988, podem constituir algum sinal de esperança.

A dissuasão tem sido até à actualidade o único meio eficaz para evitar a deflagração de conflitos directos e é responsável pela paz na Europa desde 1945, isto é um facto e tem já provas dadas: uma guerra fria e três crises, duas de Berlim e a dos mísseis de Cuba.

A dissuasão tem assim, impedido a solução dos antagonismos pela via quente, isto é, armada. Houve então, que procurar um outro meio para se fazer desequilibrar os pratos da balança a favor de um dos contendores. É assim que o bloco de leste deita mão da estratégia indirecta e usa o Pacifismo como uma das suas armas. Ele não cria o Pacifismo, mas ele o manipula. Quem participa na campanha contra os «pershing», mesmo que dê a impressão de combater os «SS-20», desarma a NATO. E, quando se olha para as intenções é preciso ter em conta a resposta, por ex., às seguintes perguntas: Em qual das grandes potências é que a juventude está totalmente militarizada? ⁽³¹⁾, em qual delas o orçamento da defesa aumenta há muito, 3 a 5 por cento cada ano, seja qual for o nível de vida da população?; em qual delas é que os indivíduos podem exprimir livremente os seus sentimentos, mesmo em desacordo com as doutrinas do Estado?; qual dos poderes a leste ou a oeste é afectado pelo movimento pacifista?; será que os pacifistas recusam qualquer força militar ou só as armas nucleares? etc. É tudo isto e muito mais, que é preciso ter o bom senso de ter presente e de saber responder correctamente.

O Pacifismo actual é uma forma de obscurantismo. Na ilusão de tocar as masas e de obter a unanimidade, mantêm-se no nível mais baixo da inteligência e entrega-se a ilusões arcaicas. De todos os pensamentos resta um válido: detestarem a guerra. Mas esse sentimento é um ponto de partida e um objectivo, mas não dizem nem sabem como se chega lá. Só apresentaram até hoje soluções ilusórias e nos últimos 30 anos, limitaram-se a desenhar pombas e a assinar apelos. Podem ser até, o maior obstáculo à paz, pois projectam a ilusão, que chega propagar sentimentos idílicos e imaginarem-se puros e certos.

Hoje em dia, atacam-se as armas nucleares. São efectivamente as mais destruidores e aterrorizantes. Mas duvida-se que os terrores e furores dos pacifistas alterem seja o que for. No entanto, a arma atómica tem sido efectivamente dissuasora (pela 1.ª vez na história). Os pacifistas optaram

⁽³¹⁾ Aron, Raymond, «O ardil do pacifismo», Revista Baluarte 5/83.

pelo desarmamento. Já. Por decreto. Se preciso, unilateralmente. Para dar o exemplo. Mas, a «Paz», como afirmou Paulo VI, «não sendo repressão também não é acomodação pelo medo». A verdadeira Paz não pode alicerçar-se na anarquia, na violência, no desrespeito pela pessoa humana, na escravização do homem pelo homem, na agressão sob todas as formas, nem na violação sistemática das normas necessárias à vida em sociedade.

Merecem meditação, em jeito de conclusão, as palavras de Eurico Veríssimo: «olhai os lírios do campo». Sim, é um belo programa de vida. Outra coisa não queria eu fazer senão viver vida despreocupada de paixões e bens mundanos. Andar por aí ao acaso, sem cuidados, a trocar sorrisos e gestos de bondade com outras criaturas. Mas isso é um sonho. Enquanto olhamos os lírios desarmados e inermes, os lobos vêm e nos devoram ... Odeio a violência, mas como não exercê-la contra aqueles que não conhecem outros meios senão os da agressão e da brutalidade?»⁽³²⁾.

Considerações finais

Uma humanidade sem conflitos existe, mas nos cemitérios. Todos os regimes políticos e económicos, todas as religiões, todas as civilizações actuais ou passadas, têm uma coisa em comum: fazem a guerra⁽³³⁾. E, se alguma dúvida houvesse, bastaria olhar para o que se passa nos países do terceiro mundo, nomeadamente naqueles que há poucos anos ascenderam à independência: a democracia fazendo parte dos projectos políticos (teóricos) de quase todos, não existe em quase nenhuns. A maioria possui feroces ditaduras. O tribalismo renasceu. As guerras civis e golpes de estado são constantes. Os conflitos com estados vizinhos idem, etc.. A descolonização, tema tão caro ao bloco de leste, (e também a algumas democracias ocidentais), como forma de aumentar a paz e reduzir as injustiças entre os povos, falhou redondamente. Gostariamos de ver como os pacifistas explicam a facilidade como os antigos perseguidos, passaram a perseguidores e os antigos colonizados, assim que se apanharam independentes reeditaram as vias sangrentas do nacionalismo e do imperialismo. Caiu, assim, por terra, a tese de Jeramie Bentham⁽³⁴⁾ que defendia que a causa

⁽³²⁾ Silva, Ten-cor Óscar G., «Que Paz?», Revista Baluarte 3/85.

⁽³³⁾ Bouthul, Gaston, obra citada.

⁽³⁴⁾ Filósofo inglês, Séc. XVIII.

principal das guerras residia nas políticas coloniais das grandes potências. O incremento da violência através da pirataria e do terrorismo são também sintomas de que a paz não se encontra tão próximo quanto seria desejável.

O Pacifismo, visto na sua forma pura, apresenta uma dificuldade de monta: pouco tem a ver com o problema da paz e da guerra. O Pacifismo puro condena toda a forma de matar. Mas a guerra não é a única forma de matar, nem a única actividade humana que envolve a violência ou o uso da força. Qualquer sistema legislativo implica força para o cumprir. O Pacifismo deve eximir-se assim, de participar na política, na diplomacia e na lei internacional, etc., implica de facto, o abandono de todas as instituições que se preocupam com o problema da paz. Os pacifistas não podem, por isso, ter nada a dizer quanto às soluções que podem levar ao estabelecimento da paz em vez da guerra. O Pacifismo puro vive de princípios e não liga às consequências ou utilidade dos seus imperativos morais.

Se toda a gente adoptasse o princípio do pacifismo a guerra acabaria; mas se apenas parte da humanidade o acatasse, o que se erradicaria da terra não seria a guerra, mas sim a segurança e a liberdade.

As verdadeiras condições que provocam no homem, a necessidade de entrarem em guerra, não suscitam aos pacifistas qualquer interesse. Assim não se sabendo as causas, como se pode actuar sobre elas?

Uma palavra sobre o antimilitarismo professado pela maioria dos pacifistas: os estados maiores eram discretamente hostis à guerra em 1914 e abertamente em 1939. Hitler atirava imprecações aos seus generais (apenas no Japão o exército era belicista). Hoje em dia os militares são os menos belicistas de todos os grupos de opinião. Mostram-se os mais ponderados dos homens, pois sabem o que custa a guerra moderna. Nada iguala o delírio colectivo das massas enraivecidas clamando morte. Nenhuma delas é formada por militares.

Uma palavra ainda para a China, dada a importância óbvia do país na cena internacional. Que diria Confúcio, ele também um pacifista, quando a sua antiga Pátria, pela primeira vez que envia um filme a um festival internacional (Veneza Set 71), apresenta um bailado onde as bailarinas dançam transportando uma metralhadora no seu seio?

O que se poderá fazer então para promover a paz eliminando a guerra? Sim, porque partindo do princípio que a dissuasão funcionou nos últimos 40 anos, não parece crucial inferir-se que ela irá manter-se, como certe-

za, nas próximas décadas. Além disso a dissuasão, mesmo que evite a guerra não promove a paz, já que, baseada na ameaça impede a confiança, obrigando ainda à imobilização de recursos avultados para ser eficaz.

Julgamos que, em primeiro lugar, se deve aceitar o facto de que, criticar o pacifismo não é renunciar à paz. Em segundo lugar devemos lutar por encontrar organizações internacionais e princípios de direito, que funcionem melhor do que os actuais⁽³⁵⁾. Antes de se iniciar seja o que for deve-se manter a fórmula latina, já falada, de «se queres a paz prepara a guerra», que se pode dizer, ter instituído a primeira técnica de paz, que é no fundo uma técnica dissuasora (as armas podem no entanto servir para atacar ou para defender) e assim mantermo-nos, no que respeita ao Ocidente coesos e fortes. Tem sido a NATO e não os movimentos pacifistas que têm impedido a Guerra. Deve-se actuar seguindo uma das principais normas dos alpinistas: não mexer um membro sem ter os outros três bem apoiados ...

Entretanto há que ser inovador e ter fé, para criar novas alternativas éticas de paz e não ficar paralisado entre um dilema: ou morte atómica universal ou rendição ao comunismo. Para isso há que conhecer a guerra, as suas causas e os seus efeitos e não ignorar nada.

Tudo o que foi apontado como provável será certamente — como tem sido — muito difícil de alcançar. Mas tal dificuldade, não resulta de impossibilidades metafísicas, mas apenas da vontade dos povos, e, em última análise, da vontade dos homens.

João José Brandão Ferreira

Tenente-Coronel Piloto-Aviador

⁽³⁵⁾ A ONU, por ex., permite que se mate todo o mundo, desde que, no interior do seu território. Pela liquidação da guerra fria todos se resignaram a fixar as fronteiras de 1945. A ONU proscreeve a anexação territorial do futuro, mas não as de 1945.

BIBLIOGRAFIA

- Bosc, Robert — *Le Problème de La Guerre au Concile de Vaticano II*.
 Bouthoul, Gaston — *Lettre ouvert aux pacifistes*.
 Camões, Luís de — *Os Lusíadas*.
 Cougar, Yves — *O Exército e a Consciência*.
 Cranston, Maurice — «Pacifism as an ideology».
 (*La Guerre et ses Théories*, Institut International de Philosophie et Politique).
 Cupertino, P.º Dr. Joaquim L. — *Deontologia Militar*.
 Derathé, Robert — *Pacifisme et Industrialisme*.
 Jegen, Mary E. — «Uma Atitude Nova» in *Igreja e Paz*.
 Kaltzleiter, Werner — *The Peace Movements in Europe & USA*.
 Zahn, Gordon — «A Guerra Total e o Pacifismo Absoluto» in *Igreja e Paz*.

REVISTAS

- Aron, Raymond — «O Ardil do Pacifismo», *Baluarte*, n.º 5/83.
 Bragança, Joaquim O. — «Os Cristãos, o Poder Político e a Objecção de Consciência», revista *Communio* n.º 6.
 Carvalho, Mej. Campante — «Breve Reflexão sobre o Pacifismo», *Baluarte*, n.º 1/84.
 Cremer, Pierre — «O Pacifismo e as Duas Éticas», *Baluarte*, n.º 5 e 6/84.
 Constituição Pastoral — «'Gaudim et Spes' — A Igreja no Mundo Actual».
Diário da República n.º 49 — Decreto-Lei n.º 91/87.
Diário da República n.º 286 — Decreto-Lei n.º 451/88.
 Seabra, João — «Os Cristãos Face à Violência», revista *Communio*, n.º 6.
 Sousa, Cap. José A. A. de — «Pacifismos e Militarismos», revista *Mais Alto*, n.º 237.
 Silva, Oscar G. — «Que Paz?», revista *Baluarte*, n.º 5/83.
 Urbez, Nicolas Espinosa — «Aspectos Sociológicos del Fenomeno Guerra», *Revista de Las Armas y Servicios*, Fev81 (Ano XLII, n.º 493).
 Vaz, Cor. Mira — «As Ameaças de Tipo Indirecto e o Papel das FAs na Sua Contenção» — *Mais Alto*, Nov/Dez88.
 Walter Charles C. — «Desobediência Civil, Teoria e Prática».
 Zeegers, Jacques — «O Pacifismo e a Desinformação», revista *Baluarte*, n.º 5/83.

CONFERÊNCIAS

- Carvalho, Cap. Manuel J. P. — «Pacifismos e Militarismos».
 Lucena, Brig. Tomé do N. — «A Juventude e a Defesa Nacional».